

Possibilidade de estimular a autonomia e desenvolver a cidadania através do ensino da História Local desde a Educação Infantil ¹

Beatriz dos Santos Corrêa²

RESUMO: O presente trabalho justifica-se pelo interesse em possibilitar o uso da história local como ponto de partida para a promoção da autonomia e da cidadania. Desta forma, é possível inserir as crianças em atividades que lhes permitam desenvolver suas capacidades e exercer seus direitos, ressaltando que a educação é o primeiro passo para a liberdade e assim possibilitando que cada pessoa exercite seus direitos, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Este trabalho foi desenvolvido com crianças de idade entre 4 e 5 anos, matriculadas na turma de Pré 2 do turno da manhã de uma escola municipal de Jaguarão, entre os meses de novembro e dezembro do ano de 2014. A pesquisa possui como objetivo mostrar e instigar as educadoras sobre a possibilidade de trabalhar em sala de aula, especialmente, na Educação Infantil, temas mais complexos aproveitando todas as potencialidades das crianças bem como sua curiosidade e espontaneidade.

Paravras-chave: Educação Infantil; Cidadania; História Local; Autonomia

RESUMO: Este estudio se justifica por el interés en la promoción de una manera lúdica la posibilidad de utilizar la historia local como punto de partida para la promoción de la autonomía y la ciudadanía. De esta manera, se puede introducir a los niños en actividades que les permitan desarrollar sus capacidades y ejercer sus derechos, haciendo hincapié en que la educación es el primer paso hacia la libertad y lo que permite que cada persona ejerza sus derechos según lo establecido en la Constitución de 1988. Esta investigación es el tipo de participante y fue desarrollado con los niños de 4 y 5 años, inscritos en el turno de mañana de la clase Pre 2 de un Jaguarão escuela municipal, entre los meses de noviembre y diciembre de 2014. Investigación tiene el objetivo de mostrar y de instigar los educadores acerca de la

¹Este trabalho, desenvolvido sob orientação da professora Maiane Liana Hatschbach Ourique, é requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal do Pampa, câmpus Jaguarão/RS.

² Pedagoga. Pós-graduanda do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal do Pampa, câmpus Jaguarão/RS, 2ª edição. Email: bias.correa@hotmail.com

posibilidad de trabajar en el aula, sobre todo en el jardín de infantes, los temas más complejos utilizando todo el potencial de los niños y su curiosidad y espontaneidad

Palavras chave: Educação Infantil; Cidadania; História Local; Autonomia

1. Considerações iniciais

Este trabalho foi realizado na cidade de Jaguarão, localizada no interior do Rio Grande do Sul, cidade fronteiriça com o Uruguai, no bairro Bela Vista. Refere sobre a possibilidade de desenvolver atividades que envolvam temas mais complexos em turmas de Educação Infantil atrelando o cuidado e o brincar ao pedagógico, estimulando a criança cognitivamente. Pesquisa participante foi a perspectiva metodológica adotada para a realização do trabalho, os sujeitos envolvidos neste estudo são crianças com idades de 4 e 5 anos, alunos do Pré 2 matriculados no turno da manhã.

O trabalho tematiza o significado de história local, traz definições contidas nas legislações para as propostas de ensino na Educação Infantil, enfocando a importância de estimular as crianças suas potencialidades e aproveitar ao máximo a curiosidade inerente nessa faixa etária. Aborda as contribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998 (RCNEI) e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Por fim demonstra os resultados obtidos positivamente ao trabalhar com o eixo temático História Local e a contribuição para a formação de indivíduos ativos e críticos diante da realidade. Nesse contexto a necessidade de buscar uma metodologia que faça as crianças refletirem, questionarem e principalmente sentirem-se parte de sua história. A possibilidade de considerar o local e o presente como orientação fundamental para o processo de construção da identidade nas crianças, lançando novos olhares para o cotidiano e instigando-os a procurar outras fontes, como por exemplo, relatos orais, prédios históricos, monumentos, entre outros.

Diante do exposto acima a opção por essa temática justifica-se pelo interesse em promover a possibilidade de utilizar a História Local como ponto de partida para a promoção da autonomia e da cidadania. Desta forma, é possível inserir as

crianças em atividades que lhes permitam desenvolver suas capacidades e exercer seus direitos, ressaltando que a educação é o primeiro passo para a liberdade e assim possibilitando que cada pessoa exercite seus direitos, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Entendo o local como algo que condiciona e é condicionado pelas experiências e vivências individuais e coletivas dos sujeitos em seu cotidiano, é neste campo que as relações são estabelecidas, marcadas pela proximidade. Gonzáles (2007, p.178), destaca “uma concepção de história local que entenda como conhecimento histórico produtor de uma consciência acerca das relações entre as ações dos sujeitos individuais e/ou coletivas em um lugar.”

Meus objetivos com esse trabalho são os de mostrar e instigar as educadoras sobre a possibilidade de trabalhar em sala de aula especialmente, na Educação Infantil, temas mais complexos aproveitando todas as potencialidades das crianças bem como sua curiosidade e espontaneidade. Assim estimular a capacidade de pensar e não somente de memorizar e reproduzir a história dos vencedores, tomando a História Local como instrumento de preparação da criança para o mundo em que vive. A intenção é formar as novas gerações a responderem aos desafios da sociedade na qual estão inseridas e assim contribuir para a formação de uma nova cidadania.

Para Vygotsky, a possibilidade de interação da criança com as novas informações, faz com que se ela se desenvolva cognitivamente.

A “zona de desenvolvimento proximal”, em que a realidade está próxima do aluno, é o caminho para que a criança desenvolva cognitivamente e socialmente os potenciais que ela já detém, afinal, o saber que não vem da experiência não é realmente saber. Todo o processo requer participação mais ativa e estimulante do professor e da sociedade, como mediador do aprendizado. (VYGOTSKY, 1984, p.97)

Para a realização do trabalho foram escolhidos os alunos do Pré 2, com idade entre quatro e cinco anos, do turno da manhã. Turma na qual atuava como professora substituta uma vez por semana. Para o desenvolvimento do trabalho foram elaborados pequenos projetos que, conforme seu desenvolvimento, se intercalavam. A organização do trabalho ficou dividida em projetos e constituída da seguinte maneira: família, comunidade, patrimônio público e privado, identidade e pontos turísticos do município. O trabalho foi desenvolvido entre os meses de

novembro e dezembro do ano de 2014. Na perspectiva participante envolveu os alunos ativamente em todas as atividades, contamos com a participação de pessoas da comunidade, aprimorando nosso aprendizado através de relatos orais, bem como em passeios e visitas no bairro e em locais de destaque em nosso município. Essa metodologia que promove a aquisição de conhecimentos para além dos espaços escolares é descrita no presente trabalho na seguinte ordem: o direito à Educação Infantil, salientando que essa modalidade de ensino está garantida em lei desde a Constituição de 1988 e a partir de 2009 passou a ser obrigatória, conforme a alteração foi feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (5). Essa regulamentação oficializa a mudança feita na Constituição por meio da Emenda Constitucional nº59 em 2009. Compreender que a História Local na Educação Infantil não tem a intenção de modificar a história nem antecipar o ensino fundamental, mas sim promover o pensamento crítico nas crianças e assim contribuir para o exercício da cidadania. Autonomia e cidadania a partir do estudo da História Local, mostrar que quanto mais diversificado for a interação da criança com o objeto de estudo, mais significativo será sua aquisição de conhecimentos, quanto antes a criança percebe o que a rodeia e assim se percebe como criador e construtor de sua própria história se posiciona enquanto cidadão com direitos e deveres a serem cumpridos e respeitados.

2. O direito à Educação Infantil

Durante muito tempo o espaço coletivo destinado para as crianças de zero a seis anos era fragmentado e diferenciado sendo compreendido apenas como um local de cuidado infantil, atividade meramente ligada ao corpo e destinada as crianças mais pobres.

As instituições de Educação Infantil tanto eram propostas como agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. (KUHLMANN JR., 2000, p. 14).

Enquanto que para as crianças pertencentes a grupos socialmente privilegiados havia outras possibilidades, ou seja, o atendimento promovia a

participação em experiências estimulando o desenvolvimento intelectual. Para as crianças menos favorecidas o atendimento permanecia assistencialista. Não havia um forte investimento público e sem a exigência de profissionalização e capacitação dos profissionais que atuavam nessa área. Na maioria das vezes esses espaços eram ocupados somente pelas crianças das quais as mães se inseriam no mercado de trabalho e sem ter com quem deixar seus filhos, procuravam as instituições.

Com o passar do tempo, as mudanças ocorridas na sociedade, um novo olhar é lançado sobre a criança e assim edificação de seus direitos, impulsionadas pelos movimentos sociais e os direitos humanos, bem como com os progressos e modificações nas legislações, um novo modelo de atendimento a infância é iniciado.

Em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente é instituído no Brasil pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) que por sua vez, é um marco significativo afirmando enfaticamente a criança como cidadã de direitos subjetivos inalienáveis, dentre os quais o acesso à Educação Infantil. “A modificação no discurso sobre a importância da Educação Infantil, integrando-se a pré escola e a creche em um mesmo campo temático (educação Infantil), promovendo-se uma aproximação de projetos ligados ao desenvolvimento e defesa da cidadania”. Barbosa (2001, p.7) e o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001) trouxeram avanços significativos em todas as modalidades de ensino, com base nessas leis as crianças tem assegurado o direito a uma escola de qualidade com profissionais capacitados desde a educação infantil. De tal modo, as creches passaram a ter uma nova configuração de atendimento e oferta de ensino, deixaram de ser espaços apenas de convivência e cuidado e se tornaram espaços de educação nos quais o cuidado foi atrelado ao educar e ao brincar. Assim, de acordo com Craidy (2001, p. 25) a partir do ano de 2007, todos os educadores devem estar devidamente habilitados sempre que possível com curso superior e ou especialização em educação Infantil conforme as definições dos Conselhos de Educação.

No Brasil, a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, atende crianças de zero (0) a três (3) anos de idade nas creches, a partir daí até completar

seis (6) anos frequentam as pré-escolas. Esta divisão em etapas e idades é apresentada na LDB, Lei nº 9.394/96, Art. 29.

Estar na escola é um direito de toda a criança desde o nascimento. Este direito está assegurado desde o final da década de 1980, com a Constituição de 1988, que foi marcante por apresentar propostas de mudanças na infância, fruto de grandes discussões acerca dos direitos da criança no país. Este direito está explícito também no Estatuto da Criança e do Adolescente que expressa em seu Art. 54, inciso IV que é dever do Estado assegurar à criança atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009), por sua vez, reconhecem a criança como sujeito de direito, inserindo-a no mundo dos Direitos Humanos, no que diz respeito aos direitos fundamentais, como à saúde, alimentação, lazer, educação, proteção contra violência, discriminação e negligência, bem como à participação na vida social e cultural. O Parecer CNE/CEB nº 5/2011 reconhece a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de se implantar nas escolas processos educacionais e metodologia que promovam a cidadania de cada criança, respeitando cada faixa etária e, sobretudo, aproveitando sua curiosidade para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

A Educação Infantil foi inicialmente, duplamente protegida pela Constituição de 1988: tanto é direito das crianças como é direito dos pais trabalhadores em relação a seus filhos e dependentes. Ou seja, a Educação Infantil é um exemplo da indivisibilidade e correlação que caracterizam os direitos humanos, pois reúne em um mesmo conceito vários direitos: ao desenvolvimento, à educação, ao cuidado, à saúde e ao trabalho (Constituição Federal, art 7º, XXV, e art 208, IV). Seu reconhecimento na Constituição de 1988 é expressão do dever de toda sociedade, representada pelo estado, com o cuidado das crianças.

Compreende-se que estar na escola é um direito de toda a criança desde o seu nascimento, garantido em lei. No entanto ainda existem instituições de Educação Infantil que atuam com profissionais que ainda não se adequaram a essa nova modalidade de ensino, por acreditar que a criança ainda não possui aptidão para desenvolver determinadas habilidades por meio de atividades mais complexas.

As creches anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tornou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente desenvolver um trabalho educacional. (BITTAR, 2003, p. 30).

Penso que a infância é carregada de potencialidade e possibilidades de aprendizado levando em consideração o interesse da criança pelo novo e sua curiosidade excessiva. Curiosidade essa que contribui significativamente para a participação ativa em atividades diversas. É importante levar em consideração que o acesso à Educação Infantil é a primeira inserção da criança com o ambiente escolar e que a criança quer mais que apenas cuidado. Precisa-se considerar que, de acordo com diferentes correntes psicológicas e sócio-antropológicas, a base do desenvolvimento social, cognitivo-comportamental e ético forma-se quase que completamente nos primeiros sete anos de sua vida. Assim, suas características pessoais irão depender, em grande parte, do ambiente onde estão inseridas nesse sentido ensino nessa faixa etária principalmente, não pode ser entendido no sentido de transmissão do conhecimento, mas sim no sentido da formação para o exercício da cidadania. Craidy (2001) cita Vygotsky (1984) que afirma que a relação dos indivíduos com o mundo não é direta, mas mediada por sistemas simbólicos em que a linguagem ocupa um papel central, pois além de possibilitar o intercâmbio entre os indivíduos, é através dela que o sujeito consegue abstrair e generalizar o pensamento. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, esta etapa corresponde ao primeiro ciclo do acesso à educação da criança, porém não deve partir da divisão do saber e não-saber, como se estivesse tudo pronto e acabado.

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, as qualidades das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios: • o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; • o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; • o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; • a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; • o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (RCNEI, v. 3, 1998).

Proporcionar às crianças a possibilidade de interagir com sua história, bem como a história de seus antepassados torna o ensino mais significativo, tanto para as crianças quanto para a comunidade na qual está inserido. O desenvolvimento infantil se dá nas interações sociais, é nessas relações que os sujeitos se conhecem, se reconhecem e constroem suas identidades.

3. Compreendendo a História Local na Educação Infantil

A História é importante para a nossa própria compreensão como ser social. Por isso, o RCNEI orienta que se deve começar o estudo dessa área do conhecimento pela história local. Já que a mesma engloba a história do aluno, levando-o a compreender melhor os conceitos básicos de mudança e permanência, semelhança e diferença, descobrindo-se como participante da transformação de sua própria realidade.

De acordo com o RCNEI, construir a identidade implica conhecer os próprios gostos e preferências, dominar habilidades e limites, sempre levando em conta a cultura, a sociedade, o ambiente e as pessoas com quem convive. Este autoconhecimento começa no início da vida e segue até seu fim, mas é fundamental que alguns conhecimentos sejam adquiridos desde a Educação Infantil. O cerne da construção da identidade está nas pessoas com as quais a criança estabelece vínculos. A família é o primeiro canal de socialização. Logo em seguida, e tão importante quanto está a escola.

Ainda segundo o RCNEI, a autonomia é a capacidade de se conduzir e de tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, a perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro. Mais do que autoconhecimento, saber vestir-se, alimentar-se, escovar os dentes ou calçar os sapatos, ter autonomia significa ter vontade própria e ser competente para atuar no mundo em que vive. É também na escola de educação infantil que a criança conquista suas primeiras aprendizagens, adquire linguagens, aprende a andar, forma o pensamento simbólico e se torna um ser social.

De acordo com Vygotsky (1984) e Wallon (1975) reconhece-se que a criança não tem apenas de ter conhecimento de si, principalmente, mas de si no mundo.

Para Barbosa (2001), o pleno desenvolvimento da cidadania está em reconhecermos que é necessário que a criança experimente efetivamente um processo educativo aberto para a cidadania, isto é, que possa instrumentalizá-la para perceber, compreender e optar por certas atividades, gostos, modos de ser, pensar, sentir, entendendo a trama das relações entre os fenômenos de diversas naturezas, inclusive os fenômenos sociais.

Minha proposta de trabalho foi realizada em projetos que, conforme seus desenvolvimento se intercalavam segundo as indicações e curiosidade das crianças, de acordo com as seguintes etapas: a família, que envolveu as diferentes configurações de família atualmente; a comunidade, discutimos durante um passeio pelo bairro sobre as diferenças entre as moradias e a maneira em que vivem os moradores; patrimônio público e privado, inicialmente identificamos esses bens dentro do bairro Bela Vista, discutimos sobre necessidade de cada um para a comunidade e em seguida pesquisamos sobre sua história e para finalizar confeccionamos uma réplica da cédula de identidade, nesta ocasião ressaltamos as diferenças individuais e o quão importante somos para o coletivo. Nesse momento estávamos na semana em que se comemora o aniversário de Jaguarão, então retomamos nossas discussões referentes ao patrimônio e organizamos um passeio pela cidade afim de conhecer um pouco mais a respeito do nosso patrimônio histórico e cultural, os pontos turísticos do município e o museu Carlos Barbosa, nessa ocasião utilizamos a cédula de identidade confeccionada e debatemos a respeito do uso indispensável desse documento. Partir de uma proposta aberta, dialógica que tenha significado para os alunos, torna o aprendizado mais significativo e interessante, contribuindo para que as próprias crianças façam suas interpretações referentes à História. Para Vygotsky, o funcionamento psicológico estrutura-se a partir das relações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o mundo exterior. Para Craidy (2001, p. 29), tais relações ocorrem dentro de um contexto histórico e social, no qual a cultura desempenha um papel fundamental, fornecendo ao indivíduo os sistemas simbólicos de representação da realidade.

Para isso, o cotidiano escolar deve suprir o costume tradicional do ensino de História muito usado nas escolas de ensino fundamental até os anos 1980, que tinha como principal objetivo desenvolver uma identidade nacional que ressalta os heróis que não são heróis, santos que nunca foram santos, líderes descontextualizados.

É extremamente importante considerar o papel dos movimentos sociais para o ensino, pois ressalta a diversidade cultural existente em nossa sociedade. Conforme Santos (2003), os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos.

Uma educação aberta e participativa que inclua o educando no seu processo de aprendizado é fundamental para o educando entender a relação que há entre o conhecimento e seu processo de aprendizagem. Segundo Morin (2003) proporciona à educação a possibilidade de trabalhar com novas concepções para professores, alunos, pais, mães, responsáveis, líderes comunitários poderem visualizar o projeto escolar e educativo da forma mais ampla possível. A aproximação dessas interações que sejam mais significativas ao desenvolvimento infantil, surge como necessária para a educação da criança cidadã. Para Biccás (2004), a mudança de paradigma da educação infantil pressupõe uma nova condição de identidade cultural, em que a criança destaca-se em seu meio cultural, sua vivência em situação de diferença e igualdade.

Meu propósito é articular oportunidades às crianças de vivenciarem experiências diversificadas que sejam significativas fazendo com que tenham suas próprias impressões e acerca dos fatos e assim tenham autonomia para expressar suas conclusões. Craidy (2001) enfatiza que cabe ao educador de Educação Infantil proporcionar experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que as crianças possam fortalecer sua auto estima e desenvolver suas potencialidades com autonomia. Dessa forma, proponho aos educandos participarem ativamente na construção do conhecimento individual e coletivo, transformando as experiências escolares mais significativas, exercitando senso crítico e desenvolvendo a cidadania.

4. Autonomia e cidadania a partir do estudo da História Local

A Constituição Federal de 1988 definiu um novo princípio em relação à infância, colocando a criança como um sujeito de direitos. Partindo desse princípio as escolas de Educação Infantil precisam ir além do simples cuidar, precisam reconhecer a criança como construtora de conhecimento identidade e cultura.

Pensada globalmente e não fragmentada, a Educação Infantil não está dividida em disciplinas. Há apenas um referencial contemplando todos os conteúdos que devem ser trabalhados. Dessa forma, os conteúdos de História são contemplados nas questões de diversidade e socialização da criança. Conforme o RCNEI defende o desenvolvimento da identidade e da autonomia tanto individual quanto coletivamente.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação nos laços afetivo que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias. Isso pode ocorrer nas instituições de Educação Infantil que se constituem, por excelência, em espaço de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores, fazendo dessa diversidade um campo privilegiado de experiência educativa. (BRASIL, 1998).

O ensino de história nos possibilita pensar nas diferenças como algo que nos impulsiona a vivenciar uma infinidade de diferentes experiências culturais. A vida individual significativa está sempre incrustada em contextos culturais e é somente dentro deste que suas escolhas livres fazem sentido (HALL, 2003).

Vivemos em uma sociedade multicultural e isso nos permite perceber e reconhecer as diferenças e assim compreender que cada identidade é própria e se constitui na articulação com o outro.

O estudo da história local interfere significativamente de maneira positiva no processo de construção do conhecimento e contribuem para a construção da identidade da criança como sujeito histórico e cidadão, desenvolve o senso crítico.

É necessário salientar que, quanto antes e diversificado for o contato de um indivíduo com a sua cultura, mais cedo este desenvolverá sua capacidade de se apropriar do conhecimento histórico, bem como a sua capacidade de raciocinar, e ainda se tornará conhecedor e preservador dos bens patrimoniais locais e, conseqüentemente, de sua identidade cultural.

Proporcionar à criança um maior contato com a criação cultural que é um fazer contínuo da sociedade na qual a criança tem um espaço próprio, ao mesmo tempo que a possibilita adquirir os instrumentos para recriar, transformar, usar e desfrutar o patrimônio cultural da sua região, do seu

país e do mundo inteiro, preservá-lo, enriquecê-lo e valorizá-lo para participar das mudanças da cultura de hoje e do amanhã. (GRUMBERG 2000, p.169).

Ao propor para turmas de educação infantil, a participação em atividades que envolvam o estudo da história local, como um indicador da construção de identidades e do conhecimento histórico, não se pode esquecer que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidades tenha marcos de referências relacionais que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional e o mundial. Isso porque, no dizer de Shimidt e Cainelli (2004, p. 112), uma realidade não compõe em si mesma a chave de sua própria explicação, mas explicitam-se por processos históricos mais amplos. Entendo que estes processos envolvam as diferentes realidades, bem como é perpassado por diferentes culturas.

Durante o desenvolvimento desse trabalho foi possível possibilitar às turmas de educação infantil um passeio pelo bairro onde moram, chamando a atenção para o local em si, as diferenças e semelhanças no cotidiano das próprias famílias, instiga-los a refletirem sobre o que observam diariamente e enxergar esse diário com outros olhos, faz com que essas crianças exercitem seu pensamento crítico e contribui para que o aluno conheça e aprenda a valorizar e cuidar da sua localidade, a respeitar seus costumes, suas crenças e se reconheça como pertencente a determinado grupo social.

Ao trazer para o cotidiano escolar as vivências das crianças, trabalhar com a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, explorar os bens materiais e conhecer os relatos orais que envolvem a história de um povo. Perceber que todas as pessoas fazem parte da história e todos produzem cultura. Notar que todos somos diferentes e essa diferença nos caracteriza e faz de cada indivíduo um ser único e extremamente importante em seu tempo. Esse método/proposta de trabalho contribui significativamente para a formação da personalidade e da cidadania pois coloca a criança dentro do contexto de estudo, possibilitando uma vivência social .

A representação da diferença deve ser entendida dentro do campo educacional, como a oportunidade de valorização do indivíduo formador de sua história e da história coletiva de seu espaço, do território que habita. No entanto, não

se pode deixar de levar em conta que espaços são esses e que histórias queremos destacar, bem como, de que maneira a minoria se vê dentro desses espaços.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de defender a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, P. 20).

O estudo do lugar onde o ser humano vive, constituindo relações com diferentes sujeitos, tempos e espaços, é o que se pode chamar de História Local, pois estuda a realidade próxima do educando, fazendo despertar neste o senso de preservação da memória e do lugar onde está inserido.

A criança não tem condições, sozinha, de percorrer o caminho do aprendizado, mas, se estimulada com demonstração, assistência, fornecimento de pistas, instruções, ela poderá encontrar o caminho. A utilização de bens patrimoniais materiais, através da educação patrimonial, confirmou-se aplicável à educação infantil, desde que sejam usados os recursos apropriados ao universo da criança. Com uma formação contínua e efetiva na vida das crianças, conseguiremos formar futuros cidadãos comprometidos com suas identidades culturais, bem como de adultos conscientes da importância de sua história e da importância em preservá-la.

5. Considerações finais

O ensino de História teve sua trajetória pautada na memorização e repetição oral dos textos escritos, comprometido com o civismo e uma moral religiosa, com a finalidade de ressaltar a história dos vencedores, dos heróis da classe dominante, deixando no anonimato outros sujeitos que construíram o cotidiano das relações socioculturais, econômicas e políticas.

Mais recentemente, com outros olhares, novos caminhos têm sido trilhados no sentido de tornar o ensino de História mais próximo da realidade dos alunos,

contribuindo para uma aproximação mais significativa do educando com o conhecimento.

O ensino de História não está incluído nas atividades cotidianas da Educação Infantil, porém com o desenvolvimento dessa atividade proposta em sala de aula para alunos entre quatro e cinco anos de idade, confirmou que a educação é, juntamente com outras políticas de desenvolvimento e organização da sociedade, componente importante no processo de construção de uma identidade cultural e social. Para viver bem em sociedade, o sujeito precisa antes de tudo conhecê-la e, principalmente, conhecer a si mesmo, estruturando assim uma relação de respeito e realização individual e social; e a educação baseada no local se mostrou um meio eficaz na educação infantil para se alcançar, ou pelo menos iniciar, esse processo.

A motivação e curiosidade inerente nas crianças, bem como a necessidade de novidades as impulsiona para a efetiva participação nas propostas, bem como a oportunidade de se colocar como parte fundamental no seu processo de formação proporciona resultados significativos pois favorece a recuperação de experiências individuais e coletivas, oportunizando o desenvolvimento da autonomia, estimulando a cidadania e o respeito. A formação pautada na história local aproxima mais os educandos da história, dos fatos históricos, faz com que a história da comunidade, do bairro, da cidade passe a existir como parte integrante da história de nosso país. Essa valorização da identidade de um determinado povo faz com que os educandos se encontrem como parte de uma história, construindo assim uma realidade histórica mais ampla introduzindo um conhecimento que contribui para a constituição de uma consciência histórica nos alunos.

6. Referências

BARBOSA, Ivone G., **Infância e educação em direitos humanos**.Goiânia: FE/UFG,2001.

- BHABHA, Homi K, **O local da cultura** / Homi K. Bhabha; tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BICCAS, Manoel. **A busca de uma nova educação**. São Paulo: Encontro, 2004.
- BITTAR, M.; SILVA, J. MOTA, M.A.C. **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil**. In: Educação Infantil, política formação e prática docente. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.2.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e educação Integral**. Brasília: MEC/SEF/DICEI, 2013.
- CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre. Artmed, 2001.
- GONÇALVES, Maria Fernanda (org). **Ensino da História e Memória Coletiva**. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GRUNBERG, Evelina. **Educação patrimonial**: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. Cadernos do CEOM, Unesco, Chapecó, ano 14, nº 12, jun/2000.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**; (org) Liv Sovik; Tradução Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MORIN, Edgar. **Educar na Era Planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**: Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2003.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

VYGOTSKY, Levy Semenvitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Kuhlmann Jr. Moises. *Histórias da Educação Infantil Brasileira*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02/Histórias da Educação Brasileira/mai/jun/jul/ago/2000](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02/Histórias%20da%20Educação%20Brasileira/mai/jun/jul/ago/2000)>. Acesso em 07 dez. 2015.